

JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA  
BIBLIOTECA PROF. BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA  
“INFORME SEBIB Nº. 22”

A Seção de Biblioteca recebeu o seguinte periódico:

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº. 173 – jan.-mar./2007

SUMÁRIO

- Cotas para negros na universidade: uma análise da constitucionalidade em confronto com o princípio da igualdade recepcionado pela Constituição Federal de 1988 – *Antônio Carlos Costa Santos*
- Direito à privacidade *versus* direito à informação: considerações sobre a possibilidade de órgãos públicos fornecerem a terceiros informações pessoais de agentes públicos – *Carina Villela de Andrade Monteiro*
- O instituto jurídico-processual da Ação Civil Pública como instrumento de controle difuso de constitucionalidade – *Cecília Maria Pinheiro Montenegro Bugarin*
- O princípio da subsidiariedade indicado na lei regulamentadora da arguição de descumprimento de preceito fundamental – *Emília Maria Rodrigues da Silva*
- Da fraude legislativa à confusão normativa: da impossibilidade de declaração de prejudicialidade nas ações diretas de inconstitucionalidade, por perda superveniente de objeto. Estudo de casos – *Fabiano Rodrigues de Abreu*
- Debate no Congresso Nacional sobre a verticalização nas coligações partidárias: representação política no Brasil – *Flávio Rodrigues Motta*
- A declaração de inconstitucionalidade e seus efeitos para os atos administrativos – *Getulio Vaz*
- Diferenças sociais e ações afirmativas: a luta pela igualdade – *Hamilton Vieira Ramos*
- O § 3º do artigo 5º da Constituição Federal: retrocesso da legislação brasileira na visão das modernas teorias do Direito Internacional dos Direitos Humanos – *Henrique Kenup Sathler*
- A motivação para agir dos legitimados: um limite invisível ao controle concentrado de constitucionalidade – *Leonardo Henrique M.M. Oliveira*
- Controvérsias jurídico-constitucionais na criação de comissões parlamentares de inquérito – *Marcos Evandro Cardoso Santi*
- Controle de constitucionalidade e política judiciária: evolução histórica das súmulas no Supremo Tribunal Federal – *Marcus Gil Barbosa Dias*
- Modulação dos efeitos temporais no controle jurisdicional de constitucionalidade e reflexos sobre norma do art. 52, X, da Constituição Federal – *Maria Elizabeth M. Ferreira*
- Doutrina das questões políticas e jurisdição constitucional: análise da atuação do Supremo Tribunal Federal à luz da teoria discursiva do direito e da democracia – *Maria Luísa Silva Ribeiro*
- A efetividade do princípio da igualdade no Estado Democrático de Direito: por uma interpretação constitucionalmente adequada aos direitos da mulher no trabalho – *Maria Terezinha Nunes*
- Imunidade parlamentar no Brasil antes e depois da Emenda Constitucional nº 35, de 2001 – *Orlange Maria Brito*
- Análise da constitucionalidade na Câmara dos Deputados – *Sandra Afonso Ferreira*

- Ativismo judicial: uma visão democrática sobre o aspecto político da jurisdição constitucional – *Tiago Neiva Santos*
- Controle constitucional da lei de conversão pela ausência dos pressupostos de relevância e urgência na edição da medida provisória – *Vera Lúcia Leopoldino Oliveira*
- Crítica às soluções de colisão de direitos fundamentais – *Wagner Amorim Madoz*
- A medida provisória em matéria tributária no regime da Emenda Constitucional 32/2001: limites à edição e à eficácia - *Walter Ribeiro Valente Júnior*

O exemplar está disponível para consulta dos interessados.

Salvador, 27 de junho de 2007